



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1948/11	DATA: 23/11/2011
INÍCIO: 14h57min	TÉRMINO: 15h37min	DURAÇÃO: 00h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h41min	PÁGINAS: 14	QUARTOS: 9

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação do parecer do Relator Angelo Vanhoni ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há palavras ininteligíveis. Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir Parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que *“aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências”*.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 24ª reunião, realizada em 23 de novembro.

Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Deputado Dr. Ubiali solicita a dispensa. Há concordância? *(Pausa.)*

Havendo concordância, considerarei a ata aprovada.

Em votação.

Os que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Da Secretaria da Mesa, comunicando a movimentação parlamentar ocorrida com o afastamento do Deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte, por conta da reassunção ao cargo pelo Deputado Betinho Rosado, do Democratas do Rio Grande do Norte.

Do gabinete da Deputada Teresa Surita, justificando a ausência da Parlamentar no dia 09 de novembro de 2011 em razão de compromissos partidários.

A pauta de hoje prevê a apresentação do parecer do Relator Angelo Vanhoni ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e às emendas apresentadas, com a abertura do processo às emendas apresentadas daqui por diante, visto que esse já é o fruto da análise das emendas que ocorreram nesse momento.

Passo a palavra para o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Boa tarde aos Deputados, boa tarde também às senhoras e aos senhores, boa tarde ao Presidente.

O texto, o conjunto das emendas dos Deputados e também a contribuição que a sociedade enviou ao Plano Nacional de Educação, acho que praticamente elenca os principais mecanismos para organizar a educação brasileira e apontar os seus avanços até 2020, os próximos 10 anos, as grandes diretrizes.



Há uma versão preliminar do texto, que, de alguma forma, circula entre os Deputados. Sempre acaba circulando uma pré-versão, uma versão preliminar. Essa versão já foi modificada, porque havia ainda algumas preocupações em alguns capítulos do plano e também havia uma discussão final a respeito do índice. É um índice importante, porque há agora um preceito constitucional de se fazer uma referência ao PIB.

Nós fizemos um bom diagnóstico da educação brasileira, das suas necessidades. O Governo enviou para cá um projeto balizando investimentos na ordem de 7% do PIB. O que nós percebemos é que a educação brasileira, para avançar mais no processo da melhoria da qualidade e também para garantir a permanência de todas as crianças em idade escolar, de 4 a 17 anos, no sistema educacional e abranger ainda o ensino superior, necessita de um pouco mais de 7%.

Como são metas, elas são quantificáveis. Por isso o Governo preferiu elencar 20 metas e, de alguma forma, ter parâmetros para identificar a realização dessas metas ou não. Esse debate ainda não está pronto, não terminou, portanto não podemos apresentar um texto sem antes fazer um debate, e estou fazendo diversas consultas não apenas a Parlamentares, mas a também a bancadas de partidos e à área financeira do Governo. No texto tem que ter pelo menos uma mediação que represente as possibilidades do Governo, a cautela que a área da Fazenda tem em relação a gastos públicos, e a audácia que todos desejamos para consolidar a educação, o conhecimento como principal vetor de desenvolvimento humano e econômico do País.

Sou um daqueles que acham que o plano tem de ser votado este ano na Câmara dos Deputados. No entanto, o prazo é exíguo. Tenho conversado a respeito com o Presidente Lelo, visto que o Regimento impõe prazo para a apresentação de futuras emendas. Se a leitura desse plano não for realizada nos próximos dias, isso pode comprometer de forma definitiva a possibilidade de votação no final deste ano na Câmara. Na realidade, estamos jogando com um cenário e vamos tentar buscar um consenso na Comissão Especial em torno da proposta.

Durante esses dias temos feito muita articulação e tido muitas conversas a respeito não somente de uma ou outra formulação conceitual do plano, mas também da questão financeira. Portanto, peço aos Srs. Deputados e aos representantes de



entidades aqui presentes que tenham um pouco mais de cautela. O nosso intuito é fazer a leitura tão logo sejam superadas as dissonâncias em relação à apreensão. Isso pode acontecer hoje à tarde, pode acontecer amanhã de manhã, mas também pode acontecer na sexta-feira. Então, combinei com o Deputado Lelo que será comunicado à assessoria da Comissão, no máximo até sexta — mesmo em viagem, nos falamos frequentemente por telefone —, o dia da semana que vem, talvez terça, quarta ou quinta-feira, mesmo em convocação extraordinária da Comissão, em que será feita a leitura e se dará início ao prazo regimental para o recebimento de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Algum Deputado quer usar a palavra?

Com a palavra o Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, confesso que fiquei muito sensibilizado quando recebi da parte do Relator, Deputado Angelo Vanhoni, a informação de que nossa emenda que caminhava no sentido da extensão estava sendo absorvida. Todos sabem que, durante o período em que discutimos o PNE, focamos muito nas pessoas que estão fora do sistema educacional mas que precisam de capacitação. O caminho da extensão, via universidades e institutos, foi o que enxergamos.

Tivemos aqueles grandes seminários, a partir de uma ação conjunta da Comissão Especial da Educação e da Comissão de Ciência e Tecnologia. Deputado Angelo Vanhoni, dali saiu um encaminhamento onde entram as questões da meta e quantificação. Nesse encaminhamento, definimos a meta de implantarmos, até o final do Governo Dilma, pelo menos 2 mil CVTs — Centros Vocacionais Tecnológicos, um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia — a serem operados pelas instituições federais e pelas universidades, o que atenderá à demanda de toda a sociedade.

Hoje, por ocasião da discussão das emendas ao Orçamento, conseguimos aprovar na Comissão de Ciência e Tecnologia uma emenda de 200 milhões para a implantação dos primeiros 200 CVTs. Agora, então, pediria o empenho de V.Exa. para que, junto à Comissão de Orçamento, nos ajude a absorver essa emenda a fim de que possamos cumprir essa meta da extensão no País.



Solicitei a realização de audiência com o Ministro Mercadante para que, em conjunto, possamos discutir esse plano da extensão e que o Ministério da Ciência e Tecnologia se comprometa com o Plano Nacional de Educação, porque entendo que a extensão é uma ação de educação também.

Parabenizo o Relator. Fiquei muito feliz quando fui informado de que nossa emenda estava sendo absorvida, e queria saber qual é o caminho para fortalecer e garantir as metas a serem cumpridas no plano. Quanto à extensão, entendo que o caminho ser trabalhar junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, fiquei um pouco preocupado com as suas informações hoje e vou dizer o porquê. Sabemos que na Câmara ficamos naquela situação de querer fazer as coisas e pouco se fazer em função de o nosso Orçamento não ser obrigatório; ele é um indicador apenas. Discutimos outros aspectos como, por exemplo, planos nacionais de educação em que não são atingidas suas metas.

Deputado Angelo Vanhoni, sei que V.Exa. é muito hábil no Governo e quer fazer com que o plano realmente funcione, assim como todos nós. Disse V.Exa. que é preciso pelo menos uma viabilidade financeira para o plano. Se essa viabilidade financeira for muito baixa, com certeza, pelo uso e costume do nosso País e das autoridades financeiras, que são mais arrecadadoras do que empreendedoras, em vez de atingirmos o objetivo ao máximo, acho que atingiremos muito menos do que gostaríamos. Até penso que deveríamos estabelecer 30% do PIB, do arrecadado, para ser aplicado na educação, porque daí vão deixar 6% ou 7%, que é o que imagino que eles vão permitir. Se estabelecermos 7%, ficarão 4%, e isso me preocupa.

Portanto, estou externando minha preocupação de que a meta do Plano Nacional de Educação seja um pouco acima já que, com certeza, ela não será atingida, porque isso é tradicional no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Confesso que fiquei surpresa, porque pensei que aqui estaria fervendo de gente. Como um ingresso em festa religiosa, pensei em deixar aqui a minha bolsa e marcar presença. Mas, infelizmente, o relatório não está sendo lido.

Parabenizo o Relator pelo esforço que vem fazendo, acompanhando as reuniões e audiências públicas da Comissão, na tentativa — que não é fácil — de analisar as emendas, até porque o relatório exige isso. De maneira geral, acho que há todo um interesse nessa costura.

Sei da preocupação de todas as entidades. Sempre disse que não é só isso, o financeiro. Acho que o financiamento é importante, é instrumento essencial para a consolidação. É lógico que continuamos com a defesa do percentual para a educação de 10% do PIB. Posteriormente, teremos a oportunidade de conversar, até porque isso foi um pedido do Relator, na tentativa de não só avançar em relação à definição do percentual do PIB, mas também na de melhorar a distribuição das responsabilidades entre os entes federados.

Hoje, cada Estado e cada Município entra com 12%, mais ou menos, e a União com pouco mais de 1%, com algumas diferenças pequenas. Acho que precisamos avançar na definição de um percentual mínimo de investimento da União, porque a pressão fica para Estados e Municípios. Os alunos, a demanda...

O professor de um Estado não faz greve e vem para a porta do MEC, não; ele fica no Estado. São milhares de alunos que ficam sem aula. Este ano, houve greve em mais de 19 Estados, muitas delas prolongadas. Não é novidade que temos ainda muitas pessoas fora da escola, muitos estudantes em escolas em botecos, em bares, debaixo de árvore. Infelizmente, temos essa realidade.

Acho que é preciso esse esforço. Eu sei que não é fácil. Já fui gestora por muito tempo, sei como é a hora da discussão do PPA e de tudo mais. Toda a questão orçamentária sempre esbarra, sim, na área fazendária. Mas acho que nós precisamos fazer um esforço de país.

Escuto muitas vezes as pessoas dizerem assim: *“Ah, a Finlândia tem um modelo de educação; o resultado é ótimo”*. Aquele é um país que definiu a educação como prioridade e que não tem nem percentual definido, mas nenhum gestor ousa



tirar um centavo da educação na Finlândia porque lá é prioridade de verdade; não é preciso assegurar alguma coisa que o próprio país já assumiu como prioridade; foi construído um pacto político.

Acho que nós precisamos caminhar para isso, para um pacto político, suprapartidário, em que os diferentes partidos, independente de quem está, em um momento ou outro, à frente da gestão, assumam um compromisso público com a educação.

Então, eu quero reforçar essa posição e parabenizar o Relator e o Presidente da Comissão. Acho que temos um material riquíssimo fruto das audiências públicas. Nem sempre conseguimos acompanhar todas, mas é um material riquíssimo, que pode ser consolidado como de acompanhamento e suporte.

Acho que todo esse trabalho sobre o plano nacional tem sido bastante produtivo. Pena que algumas pessoas pré-selecionem do que vão participar. Determinados Deputados, porque não gostam do tema ou já têm um pensamento formado, não se dispõem nem a ouvir o diverso, o diferente. O prejuízo é deles e muitas vezes da própria área da educação e da Comissão.

Quanto à nossa expectativa em termos do que podemos fazer para contribuir — acho que o Relator vai falar disso —, enfim, tenho certeza de que o objetivo, o anseio do Relator não é diferente do nosso, apesar de todas as dificuldades que ele tem. Eu não gostaria de estar na sua pele, de jeito nenhum.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, a preocupação do Relator, o seu desejo foi manifestado desde o início da relatoria: fazer com que pudéssemos apreciar o relatório ainda este ano. É lógico que o desempenho do Relator, trabalhando inclusive com um diálogo que vai além da Comissão, com vários segmentos, traz para nós a segurança de que o relatório a ser apresentado por ele, com certeza, contemplará a maioria das demandas que foram amplamente debatidas. Além das audiências públicas que nós tivemos na Casa, temos que lembrar que o Relator viajou o País inteiro. Então, ele tem uma percepção clara dos anseios que mais afligem, e que de alguma forma também nos afligem. Quando



viaja o País, ele consegue perceber a natureza das questões em todos os Estados que nós, de certa forma, aqui também representamos.

Parece que o prazo de apresentação do relatório é semana que vem para vermos se existe a possibilidade de apreciá-lo até 15 de dezembro. Vejo que também cabe a nós, Deputados, um exercício. Primeiro, todos nós temos preocupação com itens específicos. Cada um está mais atento ao item do relatório com o qual deseja contribuir. O Relator tem nos dado essa possibilidade de, além de apresentar emendas, dar sugestões, de discutir sobre as emendas apresentadas. Então, na semana que vem, cabe a nós, se houver condição de ser apresentado, fazer intensas conversações fora da Comissão caso haja itens que entendamos ainda possam evoluir.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A minha ideia é, tão logo puder ler, ficar de plantão dois, três dias, só para receber os Deputados da Comissão que constitucionalmente têm a prerrogativa de apresentar emenda — é uma sugestão — a fim de que rapidamente consigamos dirimir dúvidas, apontar um texto que possa unificar o conjunto das contribuições e ir para voto, logo, logo. Essa é a minha ideia.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Pois é. Mas depende de nós, da nossa disponibilidade de também querer votar este ano.

De acordo com os entendimentos que temos tido ao longo desse tempo, acho que é possível, sim, com essa condição de seu plantão, mas é preciso nos exercitar para essa contribuição e diminuirmos ao mínimo o debate aqui, o polemizar por polemizar. Acho que, talvez, com esse esforço da nossa parte, inclusive do meu partido — faço essa defesa —, tranquilamente haverá condição de estabelecermos um diálogo intenso para aprovarmos o plano este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Companheiros, companheira e Relator — que, como diz Dorinha, está numa saia justíssima, com elástico embaixo bem grosso dobrado —, primeiro, quero parabenizar sua responsabilidade na condução do relatório e o esforço de buscar saídas positivas onde há tendências a preocupações.

A minha preocupação vai na direção do que disse o Deputado Eduardo. Pessoalmente, tenho integral disposição de votar até o dia 22, que é o nosso *deadline* para sessões na Casa. Acho que, primeiro, do ponto de vista do Relator,



precisaríamos ter essa leitura, se possível, na segunda-feira, em reunião extraordinária, ou na terça-feira; o mais breve a partir da próxima segunda-feira. Segundo, precisaríamos ter dos Deputados real disposição de concluir essa votação até o final. Terceiro, esse ambiente de negociação, acho que ele precisa nos visitar antes de visitar o Plenário. Então, temos de convergir, fazer uma operação rápida em relação às convergências e votar.

Regimentalmente, não temos a possibilidade de votar em bloco; temos de votar ponto a ponto, porque haverá destaque de emenda, destaque específico, coisas que serão colocadas. Precisaríamos sistematizar os campos de votação e os eventuais conflitos, para deixarmos os conflitos maiores para um embate, uma disputa ou um debate mais acabado. Assim, acho que essa disposição do plantão deveria ser coletiva do ponto de vista do desejo de concluirmos essa meta.

Realizamos 25 reuniões, hoje é a 25ª, e 24 audiências públicas. Então, tornamo-nos responsáveis por cativar e despertar muitos desejos e muitas vontades. É preciso também dialogar com esse universo com o qual conversamos para que nosso relatório seja factível com a expectativa que foi colocada, mesmo que com limitações e dificuldades quanto aos limites a serem alcançados. Isso seria importante.

Estamos na malha fininha para tratar e trabalhar esse tema até o dia 22.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Presidente, sugeri que se tomasse a decisão hoje de realizar uma reunião na segunda-feira, do contrário não teremos tempo hábil para convocar uma reunião para segunda. Hoje é quarta, e sabemos como funciona a Casa na quinta-feira. Então, se tivermos de decidir uma reunião para segunda, temos de fazê-lo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Dependemos do sinal verde do Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sabe, Ubiali, acho que, até sexta, eu e o Lelo podemos recombinaar isso, porque, se sairmos daqui com a data de segunda e não der para fazê-lo, a imprensa fica achando que vai ser... A *Globo*, a *IstoÉ*, a *Folha de S.Paulo* ligam para mim, acho que vão também em cima de V.Exas. e lhes cobram, e acaba assim: na sexta, chegamos a tal ponto, mas na



segunda precisávamos fechar a conversa e ficamos decepcionados. Nosso limite é segunda ou terça. Até sexta, notificamos os Deputados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Presidente, ainda tentando colaborar, se, por exemplo, o Deputado Angelo Vanhoni apresentar formalmente até quinta-feira da semana que vem, haverá tempo hábil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Dentro dos instrumentos regimentais, há tempo hábil se não houver conflito algum, porque tudo o que for feito por acordo está dentro. Em qualquer ponto de conflito, os instrumentos regimentais serão usados, mas tempo hábil há.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Eu estava tentando pensar o inverso, Deputado Angelo. Por exemplo, formalmente, se tentaria apresentar na quinta para poder atender às exigências regimentais, mas, de segunda à quinta, que pudéssemos ter com o Relator nossas conversas para entender se de fato foram absorvidas as preocupações que tínhamos em cima de relatórios preliminares, que nem precisariam ser disponibilizados, mas que pudéssemos discuti-los.

Talvez, nessa discussão, já acertaríamos algum texto antes de apresentar. Aquilo que não for contemplado e que é da nossa expectativa, talvez até quinta-feira tivéssemos abertura para dialogar e, quem sabe, convencê-lo de que poderia absorver alguma questão, isso para o texto vir redondo antes de um grande debate. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É uma boa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Minha única dúvida é que vamos dialogar com a ponta da faca, do ponto de vista de prazos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Mas, de qualquer jeito, na quinta-feira, teríamos de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Supomos que uma convergência majoritária possa se dar nesses três dias. Se ela não ocorrer, vamos perder os três dias?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Ou podemos ganhar, porque o texto já vem mais redondo, imagino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Solta o animal no quintal e vamos conversando enquanto ele está lá.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Tudo bem. Está certo.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Podemos fazer as duas coisas junto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Porque ele também pode acatar, na hora da discussão para aprovação, aqui dentro. É só para, às vezes, evitar aqui muita discussão que vai além. Se pudermos acertar textos antes, eles às vezes são mais pacíficos de serem votados.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Então, podemos combinar o seguinte...

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Que se apresentam, né, Deputado? As coisas começam a criar fantasias também.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Na hipótese de marcarmos a reunião para terça-feira, eu fico na segunda-feira inteira à disposição dos Deputados antes de fazer a leitura. Já estarei aqui na segunda de manhã. Então, os Deputados que estiverem aqui, na sexta, saberão se vamos marcar a leitura para terça-feira. Então, já sabem que se pode modificar alguma coisa na segunda-feira, até à noite, pois fico aqui sempre até as seis, sete horas; faço um plantão.

Vamos supor que não seja possível marcarmos para terça por conta de conversas que sejam necessárias realizar ainda na segunda e na terça, e estamos prevendo fazer isso na quarta. Assim, estarei de plantão na segunda e na terça para dirimir as dúvidas e agrupar o conjunto de ideias que possam fortalecer tanto o conjunto do plano quanto criarmos um consenso na Comissão. Porque projeto bom é aquele que vai conseguir consenso na Comissão, dentro de diretrizes que estamos marcando e que já estão elencadas no termo do projeto de lei, mas acho que com a contribuição de todos. Então, V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Dentro da linha do que está sendo discutido, acho interessante abriremos então a agenda. Poderíamos, na segunda e terça, ligar para o gabinete para marcarmos uma agenda. Então, o Eduardo vai marcar o horário dele, vou marcar o meu horário, para que possamos fazer isso segunda e terça, que acho é o mais prudente mesmo. E marcamos uma reunião quarta-feira para a leitura. Abrimos essa agenda, porque há muitas dúvidas. Acho que dá para



contornarmos isso na segunda e terça-feira e deixarmos só o que não tem consenso para depois. Acho que essa ideia é muito boa.

Acho isso interessante, porque sei que está sendo trabalhado de forma bem consistente. Temos de aprovar esse plano de forma que não dê mais frustração à sociedade, porque, se olharmos o plano anterior, veremos que realmente foi frustrante, quer dizer, menos de 30% foi realizado.

Então, acho que em havendo esse diálogo e com o pé no chão... Eu estava muito preocupado com a questão orçamentária, mas não estou mais porque V.Exa. disse que, para o ano que vem, já estão no Orçamento as verbas do MEC necessárias para o cumprimento do plano. Mas era uma preocupação a adaptação do Orçamento, porque hoje é o último dia das emendas ao Plano Nacional.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esclarecendo o que levanta o Deputado Izalci, como o Poder Executivo enviou um projeto pensado e articulado na base de 7% do PIB, o Ministério da Educação está obedecendo esse patamar na sua programação financeira para o ano que vem e o próximo. Como está na proposta do texto preliminar, que acho não vai mudar — acho difícil que a Comissão pense diferente, mas, se pensar, vamos respeitar o pensamento —, colocamos o acréscimo do PIB ao longo do período de 10 anos. Então, um tanto no quinto ano e o restante nos últimos cinco anos. Quer dizer, há uma graduação dos investimentos a serem realizados ao longo desses 10 anos.

Fizemos propostas intermediárias, que foram frutos de várias emendas de um conjunto de Deputados, para investir ao longo dos 10 anos. Então, acho que fica preservada essa sua preocupação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Concluindo, o mais prudente é isso mesmo. Então, vou ligar ao gabinete para agendar segunda ou terça-feira. Acho que cada um pode fazê-lo para, na quarta-feira, termos um documento quase definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Desculpem-me a burocracia, mas vou explicitar o que estamos pactuando: primeiro, que o Relator garanta o relatório disponível a partir de segunda-feira para essa interlocução com leitura na quarta. Essa é a primeira pactuação.

A segunda é que leríamos dia 30 de novembro, quarta-feira, e daríamos como lido na Comissão. Isso significa que teremos, na quinta-feira, o dia 1, na sexta-feira,



dia 2, no dia 5, no dia 6, terça, no dia 7, quarta, portanto, cinco sessões, que é o prazo para apresentar emenda, desde que se confirmem as 5 sessões no plenário. Não temos mais o *animus* da DRU para garantir as sessões, mas temos de ter 51 na segunda e 51 na sexta para garantirmos a sessão.

Então, em tudo correndo dessa forma, vamos estar com as emendas que forem apresentadas nas mãos do Relator no dia 7, e S.Exa. também teria de fazer o compromisso de convocar reunião extraordinária para o dia 8, que é uma quinta-feira, para apresentar o substitutivo. Então, S.Exa. já vai fazendo o substitutivo na medida em que as emendas forem sendo colocadas.

No dia 8, com o substitutivo, vamos ter, para debate e voto final, convocado dia 12, segunda-feira, dias 13, 14, 15 e 16, e depois, 19, 20, 21 e 22, e fechamos o ano legislativo. Nesse meio, após S.Exa. ler o substitutivo, existe a possibilidade, no conflito, do pedido de vistas por duas sessões. É uma interface que está nos acompanhando.

Portanto, o que estamos pactuando é disciplina; 5% de inspiração e 90% de transpiração. Temos de ter isso bem internalizado.

Com a palavra a Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Hoje estou num dia meio irritada, porque tem muito teatro, muita coisa que sabemos não... Para quem está chegando e não conhece a situação, muitas vezes se entra no teatro como bobo da corte. Hoje pela manhã, na Comissão de Educação, foi mais ou menos assim.

A minha preocupação é porque sabemos que é muito difícil dar *quorum* na sexta-feira para essa sessão. Então, estou muito preocupada de não conseguirmos votar, porque *quorum* de 50 Deputados na segunda e na sexta é muito difícil, a não ser que haja uma articulação, como houve na DRU por interesse do Governo, dos Deputados da área da educação e seja feita uma mobilização para esse *quorum*, pois, do contrário, acho que não vamos conseguir cumprir essa agenda.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - E, se houver vistas, Eduardo, quem diz que estamos todos combinados?



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Tem sessão de terça e de quarta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Essas têm.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* São duas. Então, na realidade temos *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Às vezes.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Mas, na realidade, *(ininteligível)* prazo no Congresso *(ininteligível)*.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Se der conflito, então *(falha na gravação)* esperava, porque sabemos que existem conflitos graves.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Se der conflito *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O que depõe contra nós neste momento é que, qualquer que seja a nossa decisão, o ano de 2012 já tem um formato orçamentário definido. Só para que fique isso referenciado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Só para ter uma ideia, do ponto de vista orçamentário, qual o percentual de aumento do orçamento do MEC deste ano de 2011 para 2012? Qual o percentual de acréscimo? O Deputado tem uma previsão?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Não, não tenho. Só recebi essa garantia do MEC em relação à *(ininteligível)* do plano mas não *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Presidente, segunda e terça-feira dá para o Relator perceber o tamanho desse conflito, e podemos até decidir se realmente vai ser votado ou não em função dessa percepção do conflito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Na realidade, o Relator vai sair da solidão do conflito que ele está vivendo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Justamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Já temos elementos do conflito. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Inclusive, o Deputado Angelo pode, diante da nossa irritação, angústia, não concordância, e se o conflito for inegociável, pode ele mesmo dizer: *“Olha, é impossível votarmos este ano. Não temos condição de votar. Vamos com mais calma jogar isso para fevereiro”*. Mas ele também tem de sentir de nós o que estamos achando do relatório.

Acho que, a princípio, essa pactuação é mantida. Mas, terça-feira, o Presidente com o Relator podem conversar e dizer: *“Vai ser possível tocarmos isso”*. Ou o Angelo pode dizer: *“Não será possível”*. Acho que não podemos nos iludir.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - (*Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Eu estarei aqui na segunda, das 10 horas em diante, no meu gabinete, que é o 672, pode marcar com a Carla ou o Ronaldo. O Izalci já conhece, todos vocês já conhecem, (*ininteligível*), e na terça-feira também, o dia inteiro. Se aqueles que já conhecem um pouco o texto puderem levar contribuições, sugestões e as mudanças que acham importantes para que possamos, rapidamente, olhar e decidir — *“não, vamos para frente; tem um acordo aqui, tem um acordo ali, podemos discutir”* —, acho que isso é importante para chegarmos à conclusão de que (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, ficamos nesse formato? Eduardo? Dorinha?

Na próxima semana, não estarei presidindo. Sou Presidente da Comissão Latino-Americana da Educação do PARLATINO, e estarei presidindo a reunião terça, quarta e quinta. Vou conversar com a Deputada Surita para que ela possa me representar na Presidência ou, *ad hoc*, no momento da...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - (*Início de intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Nós vamos aguardá-lo para a aprovação do Plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Está encerrada a presente sessão por tudo o que já foi dito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.